



ENTRE TERRA E FÉ: A TERRITORIALIDADE QUILOMBOLA DE JUÇATUBA COMO PILAR DA IDENTIDADE CULTURAL E RELIGIOSA DA RESISTÊNCIA NEGRA

Gustavo Henrique Furtado Gomes¹

Jhonas da Silva Correia²

Matheus Sousa Barros³

INTRODUÇÃO

O Estado do Maranhão concentra o maior número de comunidades autodeclaradas quilombolas do Brasil. Dados atualizados disponibilizados pela Fundação Cultural Palmares (FCP, 2023) dão conta de cerca de 908 quilombos, reunidos em quase mil processos de certificações já finalizados pela entidade. Esse número pode ser ainda maior, considerando-se que, em média, 40 novos requerimentos de certificação são apresentados anualmente à FCP. E dentro desses territórios está o Quilombo de Juçatuba localizado em São José de Ribamar, Maranhão, Brasil, lugar que é dotado de ancestralidade e ao mesmo tempo um quilombo moderno transformado pelo sistema capitalismo e globalização.

São comunidades negras rurais, cujo modo de vida origina-se das tradições e culturas herdadas dos seus antepassados escravizados, que ao longo do tempo foram configurando territórios de uso comum, resultado de fugas das fazendas ou mesmo após a abolição da escravatura, formando grupos comunitários seja nas “terras de dono” (fazendo referência aos lugares em que se reconhece a existência de um suposto proprietário das terras), “terras herdadas”, “terras de santo”, “terras de santíssima”, “terras de preto” conforme destaca Almeida (2008); seja nas terras livres (devolutas). Foram assim, constituindo suas territorialidades a partir do processo de ocupação espontânea. Entretanto, esse processo muito raramente foi considerado pelo Estado na definição, planejamento e

¹ Mestrando pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Território e Trabalho (GETTrab/UFMA). Email: gustavohfg15@outlook.com

² Graduando pela Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afrobrasileiros (LIESAFRO) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Território e Trabalho (GETTrab/UFMA). Email: jhonas.silva@discente.ufma.br

³ Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Território e Trabalho (GETTrab/UFMA). Email: matheusbarros04@gmail.com



execução das políticas, especialmente no que tange às políticas de colonização e de desenvolvimento regional.

O Quilombo de Juçatuba, localizado no município de São José de Ribamar, Maranhão, é um espaço de resistência e afirmação identitária, onde se entrelaçam práticas culturais, religiosas e históricas que sustentam a territorialidade quilombola. A partir das dinâmicas sociais estabelecidas pela comunidade, observa-se a manutenção de saberes ancestrais, rituais religiosos e formas de organização coletiva que reafirmam a identidade quilombola em contexto de luta por direitos e reconhecimento.

O mapeamento dessas territorialidades permite compreender as múltiplas dimensões que caracterizam o espaço quilombola, evidencia a importância para a preservação da memória e das tradições afrodescendentes na região e da importância de se compreender o território quilombola da Ilha do Maranhão.

Saquet (2011) lembra que o “território é resultado do processo de territorialização e das territorialidades vividas por cada grupo social em cada relação espaço tempo”. Ainda segundo o autor, a territorialização pode ser compreendida como:

Apropriação social de um fragmento do espaço a partir das relações sociais, das regras e normas, das condições naturais, do trabalho, das técnicas e tecnologias, das redes (de circulação e comunicação) e das conflitualidades que envolvem as diferenças e desigualdades bem como identidades e regionalismos, historicamente determinados (Saquet, 2011, p. 22)

Para Raffestin (1977) apud Saquet (2011), a territorialidade compreende-se como “um conjunto de relações que se inscrevem no tempo e no espaço é múltipla e acontece na relação sociedade natureza como relações simétricas e dissimétricas (relações de poder) que permitem ou não satisfazer as necessidades dos homens”. Ainda segundo o autor, são relações que acontecem em diferentes níveis de escala, podendo ser permanentes ou temporárias.

No caso de Juçatuba, essa noção de território se materializa nas práticas de vida e na produção material e imaterial da comunidade. Um dos principais desafios enfrentados pelos moradores é a luta pela demarcação e titulação da terra pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). A comunidade encara dificuldades relacionadas ao êxodo de seus habitantes, motivado pela necessidade de acesso ao trabalho e à educação em São Luís- MA, seja por meio de migrações diárias, ou por deslocamentos temporários para outros centros urbanos. Essas dinâmicas reforçam a importância de políticas públicas que garantam a permanência e o



fortalecimento das comunidades quilombolas, assegurando-lhes o direito ao território e à preservação de sua identidade cultural.

A Constituição Federal de 1988 formalizou direitos anteriormente reivindicados por representantes dos movimentos sociais organizados, que tiveram participação ativa nas subcomissões responsáveis por essas demandas. Como resultado da atuação política do movimento negro, foi criada a Fundação Cultural Palmares, vinculada ao Ministério da Cultura, com a finalidade de preservar os valores culturais, sociais e econômicos oriundos da influência negra na formação da sociedade brasileira (Brasil, 1988).

A identificação e reconhecimento da comunidade quilombola de Juçatuba requerem a consideração da demanda social que a caracteriza, compreendendo-a como essencial na valorização da historicidade e da trajetória de organização das famílias negras. Essas comunidades se estruturam com base em um conjunto de referências simbólicas que consolidam o pertencimento coletivo ao território, regulando as formas de convivência e o usufruto da terra, conforme elaborado pelo próprio grupo e resguardado por sua tradição (Leite, 2000).

A reconfiguração do conceito de quilombo envolveu os afrodescendentes e outros agentes sociais, demandando a redefinição conceitual que amplie as possibilidades de análise dinâmicas étnico-raciais e territoriais. A territorialidade quilombola deve ser compreendida de maneira relacional, envolve a posse física da terra, a dimensão simbólica e histórica. O território não pode ser reduzido a simples espaço delimitado, mas um espaço vivido, apropriado e ressignificado pelos sujeitos sociais, em processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (Haesbaert, 2011).

Corrêa (1994) considera que a desterritorialização e a reterritorialização, ou seja, a formação de novas territorialidades, são processos interligados e complementares, funciona como duas faces da mesma moeda. Enquanto um movimento promove a desterritorialização, simultaneamente ocorre a reterritorialização. Essa perspectiva é reforçada por Deleuze e Guattari (2011, p. 343), ao destacarem que: “no limite, é impossível distinguir a desterritorialização e a reterritorialização, que estão presas uma na outra ou são como o avesso e o direito de um mesmo processo”.

As manifestações culturais da comunidade de Juçatuba são marcadas pela diversidade de práticas herdadas de diferentes matrizes históricas, conformando o hibridismo cultural resultante do contato entre povos negros, indígenas e europeus. Esse fenômeno caracteriza a cultura afro-brasileira



como produto original, constituído a partir de processos de ressignificação cultural e resistência. A cultura afro-brasileira não se resume a simples transposição da diversidade cultural africana para o Brasil, constitui-se a cultura negra no país, desenvolvida a partir do contexto de exílio e em interação com outras culturas subalternizadas na formação socioeconômica brasileira (Moreira, 2005).

A reterritorialização da comunidade ocorre tanto de forma material quanto simbólica, por meio de iniciativas de resgate e valorização da identidade cultural. Essas ações visam fortalecer a visibilidade da cultura quilombola e garantir sua continuidade, diante do desafio da autoidentificação, que nem sempre é reconhecida pelas gerações mais jovens. Esse fenômeno mostra o distanciamento histórico e social da compreensão sobre os processos de formação dos quilombos e a relevância para a identidade negra no Brasil. A desterritorialização pode ser interpretada como deslocamento parcial ou ressignificação territorial, que se expressa na luta por direitos e reconhecimento (Haesbaert, 2011).

O projeto de resgate e valorização da identidade quilombola representa a reapropriação de elementos fundamentais da tradição dos antepassados, reinterpretados com propósitos políticos e jurídicos. Esse processo ocorre na dinâmica de preservação e rupturas, na qual tais elementos adquirem significados para a coletividade quilombola. A análise das práticas culturais, religiosas e de territorialidade da comunidade de Juçatuba é fundamental para compreender os meios pelos quais esse grupo resiste e reafirma a identidade. O território e o espaço vivido tornam-se local de habitação, meio essencial de manifestação cultural, de preservação da história e reafirmação da existência sociocultural da comunidade quilombola.

A formação dos quilombos não foi um evento isolado ou acidental, mas um fenômeno histórico recorrente em várias regiões do Brasil. Ela reflete não apenas a busca pela liberdade física, mas também a preservação dos valores culturais, sociais, espirituais e identitários dos povos africanos e de seus descendentes. A fuga, seguida pela criação de comunidades autônomas, era uma das formas mais concretas de enfrentamento direto ao sistema colonial e à ordem escravista (Da Silva, 2014).

A questão dos quilombos é um elemento importante na história do Brasil e se constituíram/constituem em espaços de resistência, antes a escravidão; contemporaneamente, como espaços de resistência cultural. Definidos como comunidade remanescente de quilombo, muitas dos descendentes dos antigos quilombolas ainda vivem nas mesmas localidades que residiram seus antepassados e mantém tradições, saberes e fazeres repassados de geração em geração contribuindo para a construção/reconstrução da identidade étnica (Da Silva; Da Silva, 2014, p. 192).



O termo “quilombo” tem origem no idioma quimbundo, falado por povos bantos da região de Angola, significando “acampamento de guerreiro” ou “lugar de resistência”. Ao ser transposto para o Brasil, o termo passou a designar os agrupamentos formados por escravizados fugidos, que estabeleciam territórios livres nas matas, serras e locais de difícil acesso, visando dificultar a repressão dos capitães do mato e das forças coloniais (Tillquist, 2013).

Segundo Munanga (1996) o quilombo é:

A palavra quilombo tem a conotação de uma associação de homens, abertas a todos sem distinção de filiação a qualquer linhagem, na qual os membros eram submetidos a dramáticos rituais de iniciação que os retiravam do âmbito protetor de suas linhagens e os integravam como co-guerreiros num regimento de super-homens invulneráveis às armas de inimigos (Munanga, p. 59, 1996).

Diante dessa realidade cruel, os quilombos se constituíram como espaços de liberdade, mas também de resistência política e cultural. Eles não se limitavam a ser meros refúgios, mas sim locais onde os modos de vida africanos eram reconstruídos, adaptados e preservados, permitindo que tradições, línguas, crenças, rituais e sistemas de organização social fossem mantidos, mesmo em solo estrangeiro e sob constante ameaça (Torres, 2020).

Os quilombos não se limitavam à presença de negros fugidos. Em muitos casos, eles acolhiam também indígenas, brancos pobres, mestiços e outros grupos marginalizados pela sociedade colonial. Isso evidencia que essas comunidades se tornaram espaços plurais de resistência contra diversas formas de opressão, configurando-se como alternativas de sociedade à margem da ordem colonial escravista (Mello, 2008).

A organização interna dos quilombos refletia a diversidade étnica dos seus integrantes. Elementos das culturas africanas se misturaram às práticas indígenas e, em alguns casos, a traços da cultura europeia. Essa simbiose resultou em expressões culturais únicas, nas formas de produção agrícola, nas religiosidades, nas práticas medicinais, nas formas de construção e nas linguagens que circulavam nesses espaços (Schmitt *et al.*, 2002).

Além da busca por liberdade, os quilombos desempenharam um papel crucial na preservação da memória e da identidade africana no Brasil. Eles eram centros de resistência cultural, onde se mantinham práticas religiosas como o candomblé, batuques, danças e rituais, fortalecendo a autoestima e a coesão dos grupos que ali viviam (Souza, 2023).



As autoridades coloniais viam os quilombos como uma ameaça não apenas econômica, pela perda de mão de obra, mas também como uma afronta direta à autoridade do Estado colonial e aos fundamentos da ordem escravista. Por isso, foram alvo constante de perseguições, expedições militares, destruição e violência extrema, muitas vezes utilizando recursos e financiamento das próprias câmaras municipais e dos senhores de engenho (Oliveira, 2022). Essas particularidades estão relacionadas a questão de identidade e territorialidade, como posteriormente iremos abordar, mas podemos perceber que no país, a estrutura social ainda reflete as marcas históricas deixadas pelo processo de escravidão.

A nossa estrutura social ainda é travada no seu dinamismo em diversos níveis pelo grau de influência que as antigas relações escravistas exerceram no seu contexto. Relações de trabalho e propriedade, familiares, sexuais, artísticas, políticas e culturais estão impregnadas ainda das reminiscências desse passado escravista. Quer no nível de dominação, quer no de subordinação, esse relacionamento guarda funda ligação como estrangulamento que existia durante o escravismo (Moura, 1986, p. 13)

De acordo com Costa (1999, p. 352) o sistema econômico escravista foi “um sistema de exploração do trabalho baseado na posse do trabalhador”. Esse sistema explica o contexto de opressão, subordinação e violência, mesmo após mais de século de abolição ameaçando o povo quilombola. Os seus territórios, corpos, saberes estão sempre prontos no processo de resistência e de luta, a fim de que suas vidas estejam presentes, bem como suas ancestralidades.

O escravo era, além de tudo, mercadoria: mercadoria que, em caso de necessidade, podia ser vendida e alugada, possuindo, assim um duplo valor: valia o que produzia e valia como mercadoria. Além de possuir escravos conferia ao indivíduo posição social. Sabe-se de senhores que colecionavam escravos como colecionavam fazendas. Pelo prazer de se sentirem importantes e de serem apontados pela coletividade como pessoa de relevo e projeção (Costa, 1998, p. 72).

Para Moura (1986, p. 18), Quilombo era para a “Metrópole”, ou seja, para o reino de Portugal, uma “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte povoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles”, no entanto, Moura nos apresenta características diversas do que eram os quilombos. Eram diferentes em origem, estrutura, objetivo, dinâmica, diferiam em vários sentidos dependendo das suas localizações, sendo impossível considerar apenas essa definição dada a eles. Se formos observar, por diferentes épocas e autores, o termo quilombo carrega significados que nos apontam o contexto escravista colonial, mas carrega um significado para o contexto atual: resistência e liberdade.



A partir desse contexto de desumanidade, os quilombos no Brasil foram formados e caracterizados pela resistência e rebeldia. De acordo com Munanga e Gomes (2006, p. 71) compreende a formação dos quilombos no Brasil, como estratégia de enfrentamento “a uma estrutura escravocrata, pela implantação de uma outra forma de vida, de uma outra estrutura política na qual se encontram todos os tipos de oprimidos”. Diferente do que por muito tempo aprendemos na escola sobre os escravizados e indígenas, a história desses povos não foi uma história de submissão, como contemporaneamente continua não sendo. Apesar das constantes tentativas de repressão, muitos quilombos conseguiram sobreviver por décadas, mostrando uma capacidade de adaptação, mobilidade e resistência impressionantes. Suas localizações eram escolhidas estrategicamente em locais de difícil acesso, como serras, florestas densas e áreas de mata fechada, permitindo que organizassem sistemas de defesa e fugas eficazes (Oliveira, 2022).

A escolha dos locais de instalação dos quilombos não era aleatória. Os grupos buscavam regiões de difícil acesso, como serras, matas fechadas, áreas alagadas ou de relevo acidentado. Esse critério visava garantir segurança, dificultando as investidas de capitães do mato e das forças coloniais, além de permitir uma autonomia no uso dos recursos naturais (Almeida, 2008).

Do ponto de vista econômico, os quilombos se organizavam majoritariamente em torno da agricultura de subsistência, complementada por atividades como caça, pesca e coleta. Culturas como milho, mandioca, feijão e frutas nativas garantiam a alimentação, enquanto o trabalho coletivo assegurava a produção e a divisão equitativa dos bens (Almeida, 2008).

As atividades produtivas não se restringiam à subsistência. Alguns quilombos também produziam excedentes, permitindo a realização de trocas com populações vizinhas, como pequenos agricultores, indígenas ou até habitantes de vilarejos. Essa relação econômica favorecia não apenas a sobrevivência, mas também a integração parcial com a economia local sem se submeter à lógica colonial (Almeida, 2008).

A organização política dos quilombos variava conforme o tamanho e as especificidades de cada comunidade. Muitos adotavam uma liderança colegiada, onde anciãos, guerreiros e lideranças espirituais dividiam as responsabilidades, promovendo a tomada de decisões de forma coletiva e democrática (Reis; Gomes, 1996).

A espiritualidade era um dos pilares centrais da coesão social quilombola. Práticas religiosas de matriz africana, combinadas muitas vezes com elementos indígenas e do catolicismo popular, não



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

apenas fortalecem os laços comunitários, mas também serviam como instrumento de resistência cultural frente à tentativa de apagamento promovida pelo sistema colonial (Silva; Alencar, 2024).

O processo de resistência iria além da fuga. Envolve estratégias sofisticadas de ocupação do território, utilização inteligente dos recursos naturais para defesa, e, em muitos casos, a mobilização de redes de apoio externo. Além disso, muitos quilombos desenvolveram sistemas de vigias e sinais que permitiam a detecção de invasores e ataques iminentes (Santos, 2016).

Essas práticas de resistência territorial se articularam também na construção de trilhas secretas, refúgios alternativos e até aldeamentos móveis, que permitiam a rápida dispersão e rearticulação das comunidades em caso de perseguições intensas. Tal capacidade de adaptação foi crucial para a longevidade de muitos quilombos.

Ao mesmo tempo, é importante destacar que muitos quilombos não viveram isolados. Pelo contrário, estabeleceram alianças estratégicas com povos indígenas, outros grupos de fugitivos e até setores marginalizados da sociedade colonial, formando redes de solidariedade e resistência que ampliaram suas chances de sobrevivência.

Do ponto de vista social, esses territórios se constituíam como espaços de ressignificação da liberdade. Ali, antigos escravizados podiam, pela primeira vez, definir seus próprios modos de vida, seus costumes, suas práticas culturais e suas relações econômicas, livres da opressão do sistema escravocrata (Arruti, 2006).

METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida com abordagem qualitativa, fundamentada nos princípios da pesquisa etnográfica, visando compreender as dinâmicas culturais e a territorialidade no quilombo de Juçatuba em São José de Ribamar - MA. Foram realizadas visitas de campo para observação participante, permitindo captar elementos simbólicos, práticas cotidianas de identidades culturais e religiosas no quilombo. Para coleta de dados aplicou-se entrevistas semiestruturadas com moradores, lideranças comunitárias e representantes culturais, abordando temas como memória, religiosidade, festas tradicionais, modos de produção e organização social. Além disso realizou-se levantamento



bibliográfico e análise documental de fontes históricas, mapas e registros oficiais que contextualizam a formação e a manutenção do território quilombola.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As práticas territoriais dos quilombolas de juçatuba também incluem a organização produtiva baseada na coletividade, como os mutirões, as roças comunitárias, o manejo sustentável dos recursos naturais e o respeito aos ciclos da natureza, fortalecendo uma territorialidade ecológica e solidária (Ferreira, 2009). A disputa pelo reconhecimento dos territórios quilombolas não é apenas uma luta por terra, mas também por dignidade, por memória e pela afirmação dos direitos culturais e territoriais que foram historicamente negados aos povos negros no Brasil.

O território é, portanto, a base material e simbólica da reprodução social quilombola. Nele estão as marcas da ancestralidade, das trajetórias de luta, da resistência à escravidão e da construção de alternativas comunitárias frente às imposições do modelo hegemônico de desenvolvimento. A relação dos quilombolas com o território também se manifesta nas práticas religiosas, nas festas, nos rituais e na transmissão de conhecimentos orais, que são fundamentais para manter viva a memória coletiva e fortalecer os vínculos intergeracionais (Schmitt *et al.*, 2002).

A compreensão dos territórios quilombolas se dá a partir da concepção da territorialidade e da identidade.

(...)a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do vivido territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens vivem, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e /ou produtivistas. (Raffestin, 1993, p.158).

O território pode ser um lugar de ritos, expressando valores e confrontando crenças. Ele é o mais imediato dos ritos.

O território deve ser visto na perspectiva não apenas de um domínio ou controle politicamente estruturado, mas também de uma apropriação que incorpora uma dimensão simbólica, identitária e, porque não dizer, dependendo do grupo ou classe social a que estivermos nos referindo, afetiva (Haesbaert, 1997, p.41)

Apesar dessas ameaças, a resistência quilombola reafirma cotidianamente sua territorialidade, seja por meio das festas tradicionais, das práticas agrícolas comunitárias, das organizações políticas locais ou das ações judiciais em busca da regularização fundiária. A luta pelo território é também uma luta contra o racismo ambiental, que afeta desproporcionalmente as populações negras, rurais e



tradicionais, impondo-lhes a degradação de seus ambientes, a expulsão de seus territórios e a precarização das condições de vida.

Conclui-se que a territorialidade do Quilombo Juçatuba está ligada à questão religiosa e cultural como formas de resistências e re-existências, com o fortalecimento da sua identidade e tradição passada por gerações ao longo do processo histórico afrodiáspórico. Quanto à religiosidade, o quilombo celebra o festejo do divino espírito santo que se inicia no dia 16 de julho com o levantamento do mastro e vai até 26 de julho com a festa das caixeiros e derrubada do mastro.

Também a festa de Nossa Senhora Mãe dos Homens que é a padroeira da comunidade que acontece no mês de outubro. Acontece também a festa do menino Jesus que é uma festa que une a religião católica à religião espírita. No nosso trabalho foi feito um calendário com as datas das festividades religiosas e culturais do quilombo. A culturalidade do quilombo está ligada ao processo de africanidade como resistência e união dos povos a sua ancestralidade, destacando o bumba boi de matraca de Juçatuba, uma tradição que une a comunidade em relações sociais e ancestrais. Além da festa de recordação que a comunidade realiza com o objetivo de reforçar e resgatar a sua história e luta, além da festa de reggae anual e tradicional como demonstra a figura 1.

Figura 1: Calendário dos Festejos Religiosos e Culturais da Comunidade Quilombola de Juçatuba

FESTEJO	DATA	DESCRIÇÃO
São Sebastião	16 a 22 de janeiro	Festejo tradicional, inclui toques de mina e ladainhas. Terreiro de Umbanda São Sebastião.
Nossa Senhora do Bom Parto / Candeias	02 de fevereiro	Novena começa 9 dias antes. Feijoada, carimbó e leilão no encerramento.
Ensaio do Bumba-meu- boi	Abril	Ensaio preparatório da manifestação cultural tradicional.
São João	Junho	Festejo popular não detalhado no



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

		documento principal, mas referenciado na comunidade.
Batizado do boi	13 de junho	Celebração cultural tradicional, não religiosa.
Sant'Anna / Divino Espírito Santo	26 de julho	Festejo híbrido. Começa 7 dias antes com mastro, ladainhas e festa do Divino.
Festa da Recordação de Jaçatuba	Setembro ou novembro	Celebra a memória e história da comunidade.
Nossa Senhora Mãe dos Homens	Primeira lua cheia de outubro / Segundo domingo de outubro	Padroeira da comunidade. Ladainhas, carimbó e leilão.
Dia da Consciência Negra	20 de novembro	Desfile comemorativo. Reforça identidade quilombola entre crianças e jovens.
Menino Jesus	16 a 28 de dezembro	Mistura de catolicismo, espiritismo e tradições africanas. Encerramento com missa, procissão e dança.
Rei, Rainha e Imperador	25 de dezembro (Natal)	Encenação e missa com procissão. Parte do festejo do Menino Jesus.

Fonte: Gomes, 2025.

O processo de afirmação da territorialidade quilombola também envolve uma dimensão espiritual e simbólica muito presente no cotidiano dessas comunidades. O território não se limita ao



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

espaço físico; ele é também espaço sagrado, onde repousam os ancestrais, onde se realizam os rituais, as celebrações, e onde se cultiva a memória coletiva que fortalece a identidade étnica.

Nesse contexto, a luta pelo território representa, sobretudo, a resistência contra séculos de opressão, exploração e marginalização. É uma luta que se renova a cada geração, envolvendo enfrentamentos tanto no campo jurídico quanto nas práticas de resistência cultural e social. Defender o território é defender a própria existência enquanto povo diferenciado, com direitos, saberes e modos de vida próprios.

Os desafios enfrentados pelas comunidades quilombolas na efetivação de seus territórios são múltiplos. As pressões do agronegócio, das empresas mineradoras, dos projetos de infraestrutura e das políticas públicas excludentes ameaçam constantemente a permanência desses grupos em seus espaços ancestrais. Além disso, a omissão do Estado e os entraves burocráticos dificultam o acesso aos direitos garantidos na legislação.

Ainda assim, a força da territorialidade quilombola se expressa na resistência ativa. Essa resistência se manifesta nas práticas agrícolas sustentáveis, na realização de festas tradicionais, no fortalecimento das organizações comunitárias e na transmissão dos saberes ancestrais às novas gerações. Cada uma dessas práticas reforça o vínculo com o território e reafirma o direito de existir de acordo com seus próprios princípios e valores.

Portanto, compreender a territorialidade quilombola exige romper com uma visão limitada e colonialista do território, que o reduz a uma mercadoria ou a uma simples delimitação geográfica. Trata-se de reconhecer que os territórios quilombolas são espaços de vida, de produção de cultura, de exercício de liberdade e de construção de projetos coletivos que desafiam as lógicas excludentes e predatórias do modelo capitalista.

Além da dimensão política e cultural, o território quilombola carrega também uma função pedagógica. Souza (2023), ao analisar a experiência do Quilombo Serra do Evaristo, no Ceará, mostra como o território é também um espaço educativo, onde os mais velhos transmitem saberes sobre a terra, o cultivo, os rituais e a história da comunidade. Essa dimensão formativa reforça o caráter de resistência do território como lugar de aprendizado e reprodução das práticas ancestrais.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A última parte do trabalho também é considerada uma das mais importantes, tendo em vista que, nesta seção, deverão ser dedicados alguns apontamentos sobre as principais conclusões da pesquisa e prospecção da sua aplicação empírica para a comunidade científica. Também se abre a oportunidade de discussão da necessidade de novas pesquisas no campo de atuação, bem como diálogos com as análises referidas ao longo do resumo e poder entender a relação das africanidades brasileiras das raízes da cultura do Brasil que têm origem africana que estabelece as formas do modo de viver, de organizar suas lutas e de resistir e de preservar suas ancestralidades, as marcas da cultura africana que independentemente da origem étnica de cada brasileiro se faz presente nas tradições vivenciadas nos Quilombos brasileiros e de Juçatuba.

A resistência quilombola, enquanto prática histórica e política, ganha novas feições no contexto maranhense, em função das disputas territoriais, da ação predatória do agronegócio e da omissão do Estado. Como afirma Nascimento (2021), o quilombo não é apenas um resquício do passado, mas uma forma de organização social que se atualiza frente às opressões e que projeta futuros coletivos baseados na ancestralidade, na oralidade e na partilha. Essa perspectiva de contínua ressignificação da experiência quilombola orienta a leitura que se propõe nesta seção.

O Maranhão é uma das unidades federativas com maior número de comunidades quilombolas certificadas, ainda que enfrente severos obstáculos no processo de regularização fundiária e garantia de direitos (Águas, 2012; Nascimento, 2022). Essas comunidades expressam de maneira intensa as marcas da colonialidade, mas também reafirmam modos de vida que desafiam as lógicas hegemônicas de desenvolvimento.

É fundamental compreender que o território não se limita ao espaço ocupado fisicamente pelas comunidades. Trata-se de um território vivido e reivindicado, que abriga memórias, práticas culturais, relações com a natureza e sentidos profundos de pertencimento (Campos, 2008; O'Dwyer, 2010). A territorialidade quilombola, nesse sentido, se constrói em oposição às práticas expropriadoras do capital e à lógica fundiária concentradora herdada do latifúndio colonial (Carvalho; Costa Lima, 2013).

Ao mesmo tempo, essas comunidades também se organizam politicamente, criando formas de resistência que combinam ancestralidade e inovação. As práticas culturais, a oralidade, o cultivo da terra, as religiões de matriz africana e a educação quilombola são instrumentos fundamentais



de reexistência (Domingues; Gomes, 2013; Da Silva *et al.*, 2022). O que está em jogo não é apenas a permanência física no território, mas a possibilidade de continuar sendo quilombola, em sua plenitude histórica e cultural.

As contribuições de autores como Clóvis Moura, Beatriz Nascimento e Abdias Nascimento ajudam a compreender o quilombo como projeto político de autonomia e de ruptura com a colonialidade. Moura, por exemplo, já advertia para a centralidade da luta de classes e da violência estrutural na formação do racismo brasileiro, enquanto Beatriz Nascimento afirmava o quilombo como uma experiência de liberdade e de construção de um tempo negro (Silva; Santos, 2022; De Menezes, 2024).

Essa concepção de tempo negro, associada à circularidade da memória e à resistência cotidiana, nos permite pensar os quilombos maranhenses como espaços de criação coletiva frente à colonialidade do poder, do saber e do ser (Santos *et al.*, 2022). A ancestralidade, longe de ser um recurso do passado, é, nessas comunidades, um princípio organizador do presente e uma bússola para o futuro.

Dessa forma, este capítulo propõe aprofundar o olhar sobre os modos de vida quilombolas no Maranhão, evidenciando os desafios contemporâneos enfrentados pelas comunidades e as estratégias de permanência e reinvenção que nelas florescem. A partir de agora, passaremos a analisar as práticas cotidianas, as tensões territoriais, a atuação política e os deslocamentos que configuram o cenário atual desses territórios de luta e vida.

O Maranhão ocupa uma posição estratégica na análise das comunidades quilombolas no Brasil. Sua configuração territorial, marcada por grandes extensões de terras ainda não tituladas, um histórico de ocupações tradicionais e uma das maiores concentrações de comunidades quilombolas reconhecidas oficialmente, o tornam um laboratório vivo das disputas contemporâneas por território e pertencimento. O Estado apresenta, ao mesmo tempo, uma forte presença de populações tradicionais e uma estrutura agrária extremamente desigual, fatores que produzem um campo permanente de tensão social

Apesar de sua importância histórica e cultural, as comunidades quilombolas maranhenses enfrentam obstáculos significativos relacionados ao reconhecimento legal de seus territórios. A morosidade dos processos de titulação, somada à pressão constante de grileiros, fazendeiros e empresas do setor energético e do agronegócio, tem gerado um aumento dos conflitos fundiários na



região. Lideranças quilombolas vêm sendo ameaçadas, criminalizadas e, em alguns casos, assassinadas por sua atuação na defesa da terra e dos direitos coletivos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. W. Berno de. **Terras de quilombo**. Terras indígenas, “babaçuais livres, 2008.

ARRUTI, José Maurício. **ENTRE CAMPO E CIDADE: QUILOMBOS, HIBRIDISMOS CONCEITUAIS E VETORES DE URBANIZAÇÃO**. 2016.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988

CAMPOS, Rui Ribeiro de. A natureza do espaço para Milton Santos. **Geografares**, n. 6, 2008.

CARVALHO, Roberta Monique Amâncio; DA COSTA LIMA, Gustavo Ferreira. Comunidades quilombolas, territorialidade e legislação no Brasil: uma análise histórica. **Política & Trabalho**, n. 39, 2013.

CONCEIÇÃO FILHO, João Firminiano da. O Impacto da política de crédito fundiário na sobreposição de territórios entre a comunidade quilombola de Juçatuba e o assentamento Bom Jardim II, Município de São José de Ribamar (MA). São Luís - MA 2015. Disponível em: <https://repositorio.uema.br/bitstream/123456789/634/1/JO%C3%83O%20>

FIRMINIANO COSTA, Rute Ramos da Silva; FONSECA, Alexandre Brasil. **O processo educativo do jongo no Quilombo Machadinho: Oralidade, saber da experiência e identidade**. **Educação & Sociedade**, v. 40, p. e0182040, 2019.

DE SALLES OLIVEIRA, Cecília Helena. **Ideias em confronto: embates pelo poder na Independência do Brasil (1808-1825)**. Todavia, 2022.



DOMINGUES, Petrônio; GOMES, Flávio. Histórias dos quilombos e memórias dos quilombolas no Brasil: revisitando um diálogo ausente na lei 10.639/031. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 5, n. 11, p. 05-28, 2013 em: 13 Fev. 2025

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004

HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. Editora Bertrand Brasil, 2018

KABENGELE, M. **Negritude: usos e sentidos**. São Paulo, Ática, 1988, p. 57

LEITE, Ilka Boaventura. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. **Etnográfica. Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia**, v. 4, n. 2), p. 333-354, 2000.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da senzala: Quilombos, Insurreições e Guerrilhas**. Porto Alegre, Editora Mercado Aberto, 1988.

MUNANGA, K. - 1995/1996 - Origem e histórico do quilombo na África. **Revista de Antropologia da USP**, n. 28. São Paulo: USP.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2021.

OLIVEIRA, Wilson José Ferreira de. De gente de cor a quilombolas: desigualdades, religião e identidade. **Caderno CRH**, v. 26, p. 139-156, 2013.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993

SANTOS, Janeide Bispo dos. **A Territorialidades dos quilombolas de Irará (BA): olaria, tapera e crioulo**. 2016.

SANTOS, Janeide Bispo dos. **A Territorialidades dos quilombolas de Irará (BA): olaria, tapera e crioulo**. 2016

SANTOS, M. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. São Paulo – SP. 18 Ed. Bon Tempo 2011.



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

SAQUET, M. A. **Por uma Geografia das territorialidades e das temporalidades**: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SCHMITT, Alessandra; TURATTI, Maria Cecília Manzoli; CARVALHO, Maria Celina Pereira de. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. **Ambiente & sociedade**, p. 129-136, 2002.

SILVA, Jonathan Rodrigues; ALENCAR, Leonardo Maia de. Corpo-Terra e a construção da sergipanidade: uma pesquisa acadêmica e cênica do corpo como território de resistência, memória e identidade. **Anais do V Seminário Nacional de Sociologia do PPGS/UFMS- Sociologia e internacionalização: explorando novos horizontes e desafios**, 2024.

SILVA, P. B. Gonçalves e. **Entre Brasil e África**: construindo conhecimentos e militância. Belo Horizonte: Mazza, 2011, p. 92.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O Território**: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: Castro, Iná Elias de.; Gomes, Cesar da Costa.; Corrêa, Roberto Lobato. (orgs.). **Geografia**:

TILLQUIST, Ylva. **Léxico de origem africana em português e espanhol**: Registros lexicográficos de quilombo no Brasil e na região do Prata. 2013.

TORRES, Paulo Rosa. **Comunidades remanescentes de quilombos**: da escravatura à disputa contemporânea por seus territórios tradicionais.